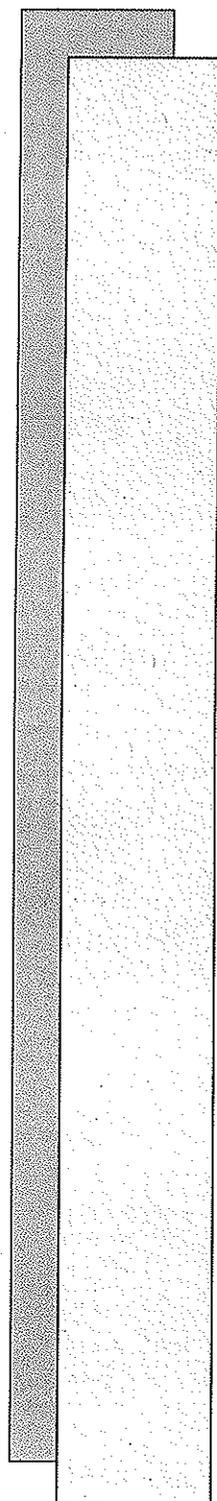


PARECER DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
SUBESTAÇÃO DE VALPAÇOS A 220/60 kV

Procedimento de AIA nº 1942



Comissão de Avaliação

Agência Portuguesa do Ambiente
Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Janeiro de 2009

ÍNDICE

	Pág.
1. INTRODUÇÃO	1
2. PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO	2
3. ALTERNATIVAS ESTUDADAS E SELECÇÃO DO LOCAL DA SUBESTAÇÃO	2
4. O PROJECTO	4
5. PROJECTOS ASSOCIADOS	7
6. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DA ÁREA AFECTA AO PROJECTO E ANÁLISE DOS IMPACTES DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO	7
7. CONSULTA PÚBLICA	17
8. SÍNTESE CONCLUSIVA	18

ANEXO I

Cartografia

1. INTRODUÇÃO

Dando cumprimento ao Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de Maio, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 197/2005 de 8 de Novembro, a Direcção-Geral de Energia e Geologia - DGEG, como entidade licenciadora, apresentou à Agência Portuguesa do Ambiente - APA, no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) relativo à *Subestação de Valpaços 220/60 kV*, em fase de Projecto de Execução (PE), cujo proponente é a Rede Eléctrica Nacional SA (REN), concessionária da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica (RNT) por 50 anos, a partir de 2007.

No âmbito do diploma atrás referido, o projecto enquadra-se na tipologia definida na alínea b) do n.º 3 do anexo II: *Instalações industriais destinadas ao transporte de gás, vapor e água quente e transporte de energia eléctrica por cabos aéreos (não incluídos no anexo I)*.

Através do ofício circular n.º 9834, de 2008/07/14, da Agência Portuguesa do Ambiente, foi nomeada uma Comissão de Avaliação (CA) a qual é constituída pelas seguintes entidades e seus representantes:

- APA - Eng.ª Rita Candeias (presidente), Dr.ª Clara Sintrão (consulta pública) e Eng.ª Maria João Palma (ambiente sonoro), Eng. João Pedro Lima (qualidade do ar)
- IGESPAR, IP - Dr.ª Alexandra Estorninho
- CCDR - Norte - Dr.ª Gabriela Azevedo

A Autoridade de AIA nomeou igualmente o INAG, tendo posteriormente esta entidade comunicado que não se faria representar na CA uma vez que não estão previstas afectações negativas significativas dos recursos hídricos.

De referir que a presidência da CA passou a ser assegurada pela Eng.ª Rita Candeias, em Novembro de 2008.

O EIA, objecto da presente avaliação, é composto pelos seguintes volumes: Vol. 1 - Resumo Não Técnico, Vol. 2 - Relatório Síntese, Anexos e Peças Desenhadas, Vol. 3 - Plano de Acompanhamento Ambiental e Vol. 4 - Estudo das Grandes Condicionantes Ambientais. Para além destas peças considerou-se igualmente na avaliação os elementos adicionais ao EIA, solicitados ao abrigo do n.º 5 e do n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio.

O projecto consiste num novo nó da Rede Nacional de Transporte equipado com unidades de transformação de muito alta tensão / alta tensão de 220/60 kV, a localizar na freguesia de Friões, concelho de Valpaços.

O EIA é da responsabilidade da empresa Ecosystema e está datado de Abril de 2008.

Pretende-se com o presente Parecer Técnico apresentar todos os elementos que se consideram relevantes para fundamentar/apoiar, superiormente, a tomada de decisão quanto ao projecto em causa.

2. PROCEDIMENTOS PARA A AVALIAÇÃO

No âmbito da presente avaliação, foram utilizados os procedimentos que a seguir se sistematizam:

- Análise global do EIA por forma a avaliar a sua conformidade, tendo em consideração as disposições do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua actual redacção, e do Anexo II da Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril.
- Solicitação de informações adicionais ao proponente, ao abrigo do n.º 5 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, na sua actual redacção, relativamente à componente social, ordenamento do território e usos do solo.
- Solicitação de uma simulação da integração paisagística do projecto e de informações complementares ao proponente, ao abrigo do n.º 6 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, relativamente ao ambiente sonoro, ordenamento do território e usos do solo.
- Realização de uma visita ao local previsto para a subestação, no dia 9 de Outubro, em colaboração com a REN e a equipa que realizou o EIA.
- Solicitação à REN de informação relativamente a constrangimentos que não permitam à REN assegurar o eventual enterramento das linhas que se irão ligar ao painel de 60 kV, atendendo a que esses projectos são da responsabilidade de outros promotores.
- Consulta das seguintes peças do projecto de execução: (1) Estudo Geológico-Geotécnico, (2) Processo de Concurso - Memória Descritiva, (3) Memória Descritiva do Projecto de Integração Paisagística e Desenhos e (4) Projecto de Licenciamento - Instalação Inicial.
- Realização da Consulta Pública e análise dos seus resultados.
- Análise sectorial do EIA.
- Elaboração do parecer final do procedimento de AIA.

3. ALTERNATIVAS ESTUDADAS E SELECÇÃO DO LOCAL DA SUBESTAÇÃO

Relativamente a este ponto do parecer, procurou-se sistematizar as razões que levaram a REN a seleccionar o local onde se desenvolve o projecto de execução apresentado, destacando-se os fundamentos relativos ao património cultural, por ser este o factor que a CA considera apresentar maiores limitações à implementação do projecto, no local apresentado.

Previamente ao desenvolvimento do actual PE, foi realizado um *Estudo de Grandes Condicionantes Ambientais* (Vol. 4 do EIA), o qual engloba os projectos de uma nova subestação, a localizar na zona de Chaves / Valpaços, e das linhas de muito alta tensão, a 220 kV, que ligarão a nova subestação às Subestações de Vila Pouca de Aguiar e de Macedo de Cavaleiros.

Esse estudo teve como objectivo identificar as grandes condicionantes ambientais ao desenvolvimento dos projectos da subestação e das linhas, por forma a seleccionar uma localização preferencial para o estabelecimento da subestação e um corredor de 400 m de largura para a inscrição do traçado das linhas. Para o efeito, foi considerado que embora cada um destes projectos seja autónomo e venha a ter um desenvolvimento e um processo próprio de avaliação ambiental e de licenciamento, existe uma inter-relação entre eles, pela inscrição territorial e pela necessidade de atender às necessidades mútuas de viabilidade das respectivas localizações.

Para a subestação, além das áreas protegidas e dos sítios de importância natural, foram identificadas as áreas urbanas de maior significado.

Relativamente ao património cultural, apenas foi considerada a *área de intervenção directa para construção da plataforma da subestação e a sua envolvente imediata*. A análise de uma envolvente mais alargada não se justifica como factor diferenciador das alternativas de localização da subestação, pois não se identificando nenhuma situação que possa constituir uma restrição forte ao corredor das linhas, admite-se a possibilidade do seu estabelecimento com impactes mínimos sobre o património cultural.

Foram inicialmente analisadas três localizações alternativas (A1, B, C), considerando não apenas as condições locais para a sua implantação mas também as condições para o futuro estabelecimento das linhas aéreas de transporte de energia, da REN, a ligar à subestação.

No decorrer da avaliação preliminar das alternativas e perante a difícil viabilidade das localizações destas alternativas, a REN, conforme consta no Vol. 4, entendeu que deveria procurar outras, tendo sido estudadas três novas localizações na proximidade das alternativas abandonadas, nomeadamente as alternativas A2, D e E, *todas ambientalmente viáveis ao desenvolvimento do projecto, não tendo grande distinção entre si*.

Para as alternativas A2, D e E, o resultado da análise por factor ambiental encontra-se sintetizado no quadro seguinte:

	Alternativa A2	Alternativa D	Alternativa E
Ordenamento do território		+	+
Componente social			+
Ecologia		+	++
Património cultural		+	
Paisagem		+	
Ambiente sonoro	0	0	0
Avaliação global		++	++

+ alternativa ligeiramente preferível
 ++ alternativa significativamente preferível
 0 alternativa considerada como equivalente

Desta avaliação comparativa, foi considerado no *Estudo de Grandes Condicionantes Ambientais* que globalmente as alternativas D e E seriam menos desfavoráveis para o conjunto dos factores ambientais, enquanto que a alternativa A2 seria a mais desfavorável.

Assim, ambas as alternativas D e E se podem classificar como ambientalmente viáveis ao desenvolvimento do projecto, não tendo grande distinção entre si.

No entanto, outros factores permitem considerar a pertinência de factores potencialmente distintivos a ter em conta numa análise mais global, como sejam:

- a alternativa D está mais próxima de eventuais centros de produção eólica a instalar na serra da Padrela (onde se sabem existirem já pretensões nesse sentido), facilitando a sua ligação a esta subestação;

- dada a importância do reforço da alimentação da Rede de Distribuição nesta região, o local da alternativa D também é mais próximo da subestação de Chaves da EDIS, permitindo ligações mais curtas a essa subestação, por isso potencialmente menos interferentes no território a atravessar;

- embora o local da alternativa E se encontre afastado do planeado aeródromo inter-municipal Chaves – Valpaços, e embora se desconheça a possibilidade de concretização efectiva deste equipamento, não se esperando daí qualquer constrangimento sobre as linhas em estudo que aqui tenham que vir a ser ligadas, eventuais futuras ligações no sentido de Chaves, desde logo as já referidas para a Subestação da EDIS, terão que considerar as eventuais condicionantes decorrentes das servidões aeronáuticas a estabelecer.

Como tal, foi considerado no Vol. 4 do EIA, que embora as alternativas D e E sejam viáveis, a alternativa D seria menos desfavorável do que a alternativa E. Assim, foi seleccionada a alternativa D para o desenvolvimento do projecto objecto do EIA em análise.

4. O PROJECTO

Justificação do Projecto

A Subestação de Valpaços insere-se num conjunto de investimentos de reforço da Rede Nacional de Transporte em curso na região a norte do rio Douro, neste caso na região de Trás-os-Montes.

A intenção de executar uma nova subestação, a localizar na zona de Chaves / Valpaços, e das linhas de muito alta tensão, a 220 kV, que ligarão essa nova subestação às Subestações de Vila Pouca de Aguiar e de Macedo de Cavaleiros visa vários objectivos fundamentais, nomeadamente: (1) melhorar as condições de alimentação aos consumos de energia eléctrica em Trás-os-Montes, actualmente servidos quase exclusivamente por redes da EDP – Distribuição, (2) fornecer condições para a recolha e transporte de energia renovável, facilitando igualmente a integração na rede da energia produzida por novos aproveitamentos hidroeléctricos que se prevê virem a situar na proximidade e (3) aumentar as capacidades de interligação com a rede espanhola, tendo em conta os compromissos inerentes à criação do Mercado Ibérico de Electricidade.

Localização e Acessibilidade

A Subestação de Valpaços localiza-se numa zona limitrofe do concelho de Valpaços, numa área rústica a cerca de 1 km a nordeste da povoação mais próxima, a aldeia de Ferrugende.

A acessibilidade será assegurada pela EM 541, a partir da qual será construído o acesso à plataforma, sobre um caminho rural actualmente existente.

Descrição Sumária do Projecto

A Subestação de Valpaços será equipada por três transformadores 220/63 kV, que serão instalados faseadamente:

fase 1: funcionamento da subestação com o transformador II;

fase 2: funcionamento da subestação com os transformadores I e II;

fase 3: funcionamento da subestação com todos os equipamentos.

A subestação será equipada, na sua configuração final, por, entre outros, três transformadores, seis painéis de linha de 220 kV e dez painéis de 60 kV.

Plataforma

A plataforma da subestação irá ocupar uma área com aproximadamente 6 ha, comportando, no final do projecto, o parque exterior de aparelhagem e edifícios técnicos, nomeadamente o edifício de comando (com 199,5 m² de área), a casa de serviços auxiliares (com 86,6 m² de área) e a casa de painel (com 77,43 m² de área).

O parque exterior de aparelhagem divide-se em duas zonas distintas destinadas respectivamente aos postos de 60 kV e 220 kV.

No interior da plataforma poderá ocorrer a circulação de veículos ligeiros e pesados. Esta acessibilidade será assegurada por uma via principal (via dos transformadores), com 5 m de largura, e diversos arruamentos, paralelos e transversais à via principal, com 3 m de largura.

No que se refere à pavimentação, a via dos transformadores terá uma camada de desgaste em betão betuminoso, as vias paralelas e transversais à via principal terão uma camada de desgaste em rega betuminosa e a restante área da plataforma será revestida com uma camada de gravilha.

Na fase de exploração, este tipo de infra-estrutura tem um funcionamento automático, não necessitando de presença permanente de funcionários, pelo que as funções de monitorização e conservação das condições de funcionamento da subestação serão asseguradas por funcionários da REN.

O Projecto prevê redes de drenagem separativas para as águas pluviais e para as águas residuais domésticas (fundamentalmente, as águas originadas nas instalações sanitárias da subestação). As águas pluviais serão conduzidas para o exterior da plataforma por diversos pontos de descarga no terreno natural envolvente, as águas residuais serão conduzidas para depósito estanque próprio, que necessitará de despejo periódico.

O abastecimento de água ao local será feito através de um depósito pré-fabricado, localizado junto ao edifício de comando, com acesso a partir da via principal, de modo a que seja possível a sua alimentação através de camiões cisternas.

O fornecimento de energia eléctrica será assegurado em regime normal por um transformador, existindo ainda um gerador de emergência.

Os resíduos resultantes das fases de construção, exploração e desactivação serão encaminhados para operadores licenciados.

A Subestação de Valpaços integrará transformadores que são unidades em banho de óleo. Cada unidade de transformação será fixada a um maciço individual de fundação com recolha periférica de óleo (para o caso de ocorrer algum derrame accidental) e respectivo encaminhamento para um depósito de retenção, com capacidade para a maior das unidades.

Para prevenir a propagação de eventuais incêndios, entre as diversas unidades serão construídos muros pára-fogo em betão armado.

No que se refere às terraplenagens, está previsto um excesso de material de cerca de 1 180 m³.

Para execução da primeira parte da empreitada (terraplenagem da plataforma da subestação) será instalado um estaleiro junto ao talude sul da plataforma e adjacente ao caminho a construir.

Uma vez concluída esta fase da obra, será instalado um outro estaleiro já no interior da plataforma que apoiará a fase de acabamentos da subestação e do respectivo equipamento técnico, incluindo a construção dos edifícios.

O prazo previsto para a execução da obra é de 12 a 14 meses.

A entrada em serviço da subestação de Valpaços está prevista para Outubro de 2009, com as duas primeiras fases, não estando ainda definida a data para o funcionamento da terceira fase da subestação.

Estrada de acesso

Como já referido, a subestação ficará ligada à EM 541 através de um caminho pavimentado, o qual terá cerca de 867 m de comprimento, uma faixa de rodagem pavimentada (com uma camada fina de betão betuminoso) com 5 m de largura e bermas com cerca de 0,5 m de largura.

Este acesso será construído sobre um caminho rural existente, sendo a sua ligação à rede de caminhos locais assegurada através de entroncamentos e de um cruzamento de nível, para permitir o acesso às propriedades vizinhas e a circulação local.

5. PROJECTOS ASSOCIADOS

Segundo o EIA, embora esteja previsto a ligação de produtores independentes à Subestação de Valpaços, a partir de parques eólicos a instalar na região, actualmente apenas está definida uma ligação a 220 kV entre esta subestação e a Subestação de Vila Pouca de Aguiar, uma outra ligação a 220 kV à Subestação de Macedo de Cavaleiros, e duas ligações a 60 kV para a subestação da rede de distribuição em Chaves.

Apesar de não ser referido no EIA, o Parque Eólico do Alto da Coutada, incluindo a linha aérea de transporte de energia que o ligará à Subestação de Valpaços, foi objecto de uma DIA favorável condicionada, emitida em 2008.

A construção da subestação implicará a rectificação do traçado de uma linha da rede de distribuição, a 60 kV, que sobrepasse o local previsto para o projecto em análise, devendo ocorrer o desvio dessa linha e a sua abertura para ligação à subestação.

6. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA DA ÁREA AFECTA AO PROJECTO E ANÁLISE DOS IMPACTES DECORRENTES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJECTO

Considerações Preliminares

Aquando da visita ao local, os representantes da CA verificaram a necessidade de ser apresentada uma simulação visual do projecto, já com a integração paisagística a efectuar, no sentido de melhor perceber os impactes negativos do projecto sobre a ocorrência patrimonial n.º 2 - Alto do Castelo, face à intrusão visual que a infra-estrutura implica sobre o sítio e a sua envolvente.

Após análise da mesma, a CA verificou que uma adequada integração paisagística poderia reduzir os impactes visuais negativos, contudo nessa integração não foram apresentadas as linhas aéreas de transporte de energia.

Considerando que o projecto em análise é um nó da RNT e que o mesmo irá promover o desenvolvimento de linhas na proximidade e envolvente da ocorrência patrimonial n.º 2 - Alto do Castelo, foi solicitado à REN, para ser tido em conta na avaliação, a indicação de eventuais constrangimentos que não permitam à REN assegurar o cumprimento de uma eventual condicionante relativamente ao enterramento das linhas a 60 kV.

Segundo a REN, apenas a entidade licenciadora poderá condicionar os projectos em causa.

Património Cultural

A metodologia utilizada para a caracterização da situação de referência consistiu na pesquisa bibliográfica sobre a área de estudo e no trabalho de campo durante o qual se procedeu à prospecção sistemática da área do projecto.

Da aplicação da referida metodologia resultou o registo de duas ocorrências através da pesquisa documental: São Pedro, alminha (ocorrência 1) e Alto do Castelo (ocorrência 2). No trabalho de campo foram identificados fragmentos cerâmicos de cronologia indeterminada que poderão estar associados ao sítio Alto do Castelo (ocorrência 3).

Segundo o EIA, face à distância relativamente ao projecto (cerca de 550 m) do sítio Alto do Castelo, e por não se preverem impactes não se procedeu a uma caracterização mais detalhada e à sua realocação no terreno.

Refira-se que se trata de um castelo roqueiro, que se implanta num destacado morro granítico, dominando um vasto vale irrigado por um conjunto significativo de linhas de água. A ocupação distribui-se por duas plataformas onde são visíveis alguns vestígios estruturais como os entalhes de assentamento de estruturas. Registam-se ainda alguns silhares de pedra aparelhada, bem como os negativos e entalhes no afloramento granítico que denunciam a existência de uma muralha. Os materiais de superfície são abundantes, com telhas de meia cana e cerâmica feita em torno, da Idade Média.

O castelo, de elevado valor patrimonial, perviveu ao longo dos tempos enquadrado numa paisagem quase intacta, sem intrusões que desvirtuassem a relação do arqueosítio com o seu meio envolvente. Este sítio permite a nível regional compreender a relação destas estruturas castelares com a sua envolvência e área de exploração dos recursos naturais.

No EIA são referidos para a fase de construção os impactes decorrentes das acções necessárias para a implantação da subestação que poderão afectar as ocorrências patrimoniais aí existentes ou na envolvente directa (ocorrência 1 e 3) que são passíveis de minimização.

Relativamente à ocorrência 2 (Alto do Castelo), no EIA é referido que face à sua distância à subestação não ocorrerão impactes directos, podendo apenas ocorrer impactes resultantes das infra-estruturas associadas à construção da subestação.

Para a fase de exploração o EIA considera não ser expectável a ocorrência de impactes significativos *excepto, eventualmente na ocorrência 2 (Alto do Castelo), sendo estes, a existirem, essencialmente indirectos, ao nível de impacte visual e não directamente relacionada com a Subestação, mas antes com as linhas que se prevê venham a ocorrer na área.*

Da avaliação efectuada no EIA resultou uma subvalorização dos impactes visuais sobre o sítio Alto do Castelo e a sua área envolvente, que não foram devidamente equacionados. Em todos os momentos da avaliação (estudo de grandes condicionantes e elaboração do EIA) foi apenas tido como critério de avaliação a distância da ocorrência patrimonial face à subestação. Este facto levou a que, face à previsível inexistência de impactes

directos sobre o sítio, a afectação indirecta decorrente da implantação da infra-estrutura naquele território acrescida da instalação das linhas não fosse igualmente avaliada.

No entanto, é inegável que a implantação da infra-estrutura provocará uma intrusão com um elevado impacto visual junto do sítio arqueológico ocorrendo uma importante transformação da paisagem e do seu contexto envolvente.

Esta situação não é consonante com os pressupostos actualmente respeitados em termos de património cultural de que os vestígios patrimoniais, arquitectónicos e arqueológicos, fazem sentido quando integrados na paisagem original envolvente que determinou e condicionou a sua criação. O património abrange a globalidade da paisagem no sentido que toda ela é uma construção humana.

Segundo a Lei n.º 107/01 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural, nomeadamente no artigo 2.º, ponto 6, que define o conceito e o âmbito do património cultural *Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.*

No entanto, a implantação da subestação na localização prevista acarreta em termos patrimoniais impactes negativos muito significativos relativamente ao sítio arqueológico Alto do Castelo. Estes impactes decorrem essencialmente da alteração da paisagem envolvente ao sítio que não foram avaliados adequadamente no EIA.

Paisagem

A subestação irá localizar-se numa região que não permite a observação de grande diversidade de planos visuais, apresentando-se a zona, genericamente, como um local pouco exposto.

A região apresenta baixa densidade populacional, surgindo o povoamento disperso, em habitações distribuídas por pequenas aldeias. Como já referido, o aglomerado populacional mais próximo da subestação é Ferrugende, a cerca de 1 km de distância.

A paisagem na área do projecto apresenta um carácter agrícola, existindo uma marcada presença de explorações agrícolas e matos.

Segundo o EIA, relativamente à fase de construção *pode identificar-se a ocorrência de impactes negativos de carácter temporário e minimizável, mas que não apresentam uma magnitude considerável, devido à limitada ocorrência de observadores.*

Na fase de exploração os impactes da subestação na paisagem restringem-se à intrusão visual que a infra-estrutura introduz no território. Como a localização desta subestação não permite que ela seja visível, pelo menos com permanência, a partir da área envolvente, uma vez que não existem povoações a grande proximidade, à excepção de propriedades agrícolas, vias rodoviárias e/ou pontos notáveis, o seu impacto na paisagem é reduzido.

A CA considera a abordagem efectuada no EIA insuficiente. Com efeito, em qualquer projecto desta natureza são esperados impactes cumulativos em resultado da maior concentração das linhas aéreas de transporte de energia na área/envolvente da subestação, diminuindo a qualidade visual da paisagem local, que no presente caso se traduz em impactes negativos de elevada significância devido ao carácter cultural da mesma, conforme análise efectuada no factor património cultural.

A integração paisagística prevista para subestação poderá reduzir de forma significativa os correspondentes impactes visuais negativos, porém a CA entende que a presença dos elementos estruturais das linhas eléctricas (apoios metálicos, cabos condutores e de guarda, cadeias de isoladores, entre outros) constituem-se como elementos visualmente muito dissonantes em relação à situação actual, sendo que a paisagem em causa verá o seu valor seriamente afectado e diminuído.

Analisando a localização da subestação, a CA considera que o enterramento das linhas aéreas de transporte de energia poderia atenuar os impactes negativos e significativos identificados. Contudo, a CA salienta que a localização de uma nova subestação deve ter conta as implicações das futuras ligações, constituindo o enterramento das linhas uma condicionante fortemente restritiva ao desenvolvimento de futuros projectos, havendo ainda elevada probabilidade de, nesse caso, as respectivas faixas de segurança potenciarem a alteração da paisagem que importa preservar.

Socioeconomia

A situação actual constante do EIA corresponde a uma caracterização socioeconómica da região Alto Trás-os-Montes (NUTs III que o concelho integra), do concelho de Valpaços e da freguesia de Friões, recorrendo a dados estatísticos do INE, aos Censos 2001 e a dados disponibilizados no sítio da CCDR-Norte.

Esta informação é complementada com uma análise a uma escala mais reduzida, sendo assim caracterizada a área em estudo. A área em análise caracteriza-se por um tipo de povoamento constituído por aglomerados relativamente densos e o quadro dominante é de características rurais, com largo domínio de paisagens agrícolas e florestais.

É igualmente apresentada a caracterização da rede viária de acesso à subestação e sua integração na estrutura viária da Região Norte. O acesso directo será feito por um caminho rural, actualmente em terra batida e que será sujeito à sua beneficiação.

A agricultura surge como uma actividade sobretudo com importância social, relacionada com a ligação familiar à terra e originando rendimentos complementares de outras actividades exercidas, com fornecimento directo de produtos para a alimentação familiar ou como base para a produção de forragem para o gado.

Na envolvente ao perímetro da subestação não se identificaram quaisquer edificações, sendo que a povoação mais próxima, Ferrugende, fica a cerca de 1 km de distância. A edificação mais próxima localiza-se a cerca de 850 m e a segunda mais próxima a cerca de 1000 m.

É também apresentada a evolução previsível do ambiente afectado, na ausência do projecto, a qual se perspectiva numa situação de reduzida actividade humana e progressivo abandono de campos agrícolas.

São identificados impactes positivos como sendo a aquisição de alguns bens e serviços à escala local e subregional, o reforço das condições de fornecimento de energia eléctrica à região e a viabilização da exploração de parques eólicos na região, contribuindo para um aumento de rendimento aos municípios envolvidos.

Relativamente aos impactes negativos, estes prendem-se com as actividades inerentes à construção da subestação e a ocupação dos solos com capacidade agrícola, com perda de capacidade de rendimento dos agricultores.

O conjunto dos aspectos focados leva a concluir que globalmente a subestação induz no meio socioeconómico impactes positivos e significativos, essencialmente a nível regional.

Estão previstas medidas de minimização dos impactes negativos previstos com a implementação do projecto, considerando-se como suficientes.

Ordenamento do Território

De acordo com a Planta de Condicionantes do PDM de Valpaços (Aviso n.º 8129/2008, de 14 de Março) apenas parte do caminho a melhorar se localiza em área da Reserva Agrícola Nacional (RAN), não havendo qualquer outra ocupação de condicionantes, servidões administrativas ou restrições de utilidade pública em vigor. O proponente prevê a ocupação de 2 652m² de solos de RAN, resultante do alargamento e melhoramento do caminho rural existente de acesso à subestação, tendo sido ~~por~~ solicitada pela CA a apresentação do parecer favorável da Comissão Regional da RAN, havendo o proponente demonstrado ter efectuado o respectivo pedido.

Tendo por base a planta de Ordenamento do PDM de Valpaços constata-se que a subestação, o caminho a melhorar e o estaleiro junto a esse mesmo caminho se implantam em *Solo rural*, mais propriamente em *Espaços agrícolas*, encontrando-se esta infra-estrutura abrangida pelo artigo 25.º do Regulamento do PDM que admite a *construção de equipamentos que visem usos de interesse público, conforme definido no artigo 5.º e nas condições estabelecidas no número 2 do artigo 21.º, bem como de infra-estruturas públicas, nomeadamente, redes de energia de muito alta tensão, redes de água, saneamento, electricidade, telefones, gás e rodovia.*

O estaleiro que se encontra fora da área a ocupar pela plataforma da subestação será localizado em solo classificado no PDM como *Espaço agrícola*. De acordo com o n.º 2 do artigo 20.º do Regulamento do PDM de Valpaços, os solos integrados nos *Espaços agrícolas e florestais* "não podem ser objecto de quaisquer acções que diminuam ou destruam as suas potencialidades, salvo as enquadradas nas excepções estabelecidas na lei geral e as previstas no presente Regulamento, bem como as definidas no Plano Regional de Ordenamento Florestal do Barroso e Padrela. Deste modo, a CA solicitou a revisão da localização do referido estaleiro e informação posterior sobre a sua localização efectiva, com a implantação nas Cartas de Ordenamento e de Condicionantes do PDM, tendo informado o proponente que o estaleiro não poderia ocupar, entre outros, solos da Reserva Ecológica Nacional, da RAN ou dos *Espaços agrícolas e florestais*.

Em resposta o proponente afirmou a necessidade de localizar o estaleiro junto do local da obra, sendo certo que toda a área envolvente da subestação é classificada como *Solo Rural*, mais propriamente como *Espaço Agrícola*. Dever-se-á ter também em consideração que a área do referido estaleiro, assim como a área a ocupar pela subestação, não se encontra submetidas aos regimes da Reserva Ecológica Nacional, RAN ou Domínio Hidrico. Acresce ainda o facto de o mencionado n.º 2 do artigo. 20.º do Regulamento do PDM de Valpaços se referir a excepções previstas no Regulamento que são, por sua vez, explicitadas nos artigos 21.º e 25.º. Pelo artigo 21.º são identificadas as excepções ao uso dominante relativamente aos *Espaços Agrícolas e Florestais*, designadamente pela alínea d) os *Equipamentos que visem usos de interesse público e infra-estruturas*, enquanto que, como já referimos, pelo artigo 25.º *admite-se a construção de equipamentos que visem usos de interesse público, conforme definido no artigo 5.º e nas condições estabelecidas no número 2 do artigo 21.º, bem como de infra-estruturas públicas, nomeadamente, redes de energia de muito alta tensão, redes de água, saneamento, electricidade, telefones, gás e rodovias*. Pelo exposto consideramos que o estaleiro, ao integrar-se na obra de construção da subestação e não como se de uma instalação autónoma se tratasse, se poderá enquadrar no disposto anteriormente relativamente à instalação de equipamentos e infra-estruturas em *Espaços Agrícolas e Florestais*.

Em face do exposto e se cumprirem as medidas de minimização preconizadas no Relatório do EIA, não foram identificados impactes negativos que inviabilizem a concretização do projecto. Não obstante ter de ser garantido o parecer favorável da Comissão Regional da RAN para a construção/melhoramento do caminho localizado na Reserva Agrícola Nacional.

Uso do Solo

A área do projecto apresenta características predominantemente rurais, ocupando a plataforma da subestação principalmente áreas de matos e algumas parcelas agrícolas (pequenas hortas, culturas arvenses e pastagens). A via de acesso à subestação será construída sobre um caminho rural já existente.

Todavia, de acordo com o desenho constante do Anexo 4.8.1, o estaleiro exterior à plataforma da subestação ir-se-á localizar em área de plantação recente de castanheiros, não sendo aceitável o derrube de árvores para este fim.

Em face do exposto e se cumprirem as medidas de minimização preconizadas no Relatório do EIA, não foram identificados impactes negativos que inviabilizem a concretização do projecto. Não obstante ter de ser garantido o não derrube de castanheiros para instalação do estaleiro exterior à plataforma da subestação.

Ecologia

Na caracterização da situação actual do ambiente, efectuada no EIA, destaca-se o facto de a intervenção não incidir áreas sobre protegidas ou classificadas, localizando-se a cerca de 20 km das mais próximas, não tendo sido detectados, na área em estudo, habitats passíveis de serem enquadrados no Anexo B-I do Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro (habitats naturais de interesse comunitário cuja conservação exige a designação de ZEC).

Verificou-se a ocorrência de duas espécies da flora com interesse conservacionista nas imediações da área de intervenção (*Murbeckiella sousae* e *Narcissus bulbocodium*), cuja viabilidade dependerá da manutenção das condições ecológicas para o seu desenvolvimento.

Quanto à fauna, o estudo conclui pela existência de potencial para a ocorrência de espécies com elevado valor ecológico e elevado interesse conservacionista como o lobo-ibérico, a víbora-se-seoane, o lagarto-de-água, a águia-real, a águia-de-Bonelli e o milhafre-real.

Toda a área objecto de ^{estudo} está incluída na área de distribuição do lobo ibérico a Norte do Rio Douro, integrando um potencial corredor para a dispersão de indivíduos entre alcateias.

Em síntese, considera-se que a situação actual se encontra devidamente caracterizada.

Quanto à identificação e avaliação de impactes ambientais, efectuada no EIA, a metodologia utilizada tem base pericial e assenta na análise da extensão da afectação das espécies e habitats com estatuto de conservação desfavorável e/ou elevado estatuto de protecção, anteriormente identificados.

A identificação, previsão e avaliação de impactes é efectuada para as fases de construção e de exploração da subestação, sendo estes mais relevantes na fase de construção.

Relativamente aos impactes previsíveis, atendendo à tipologia do projecto e aos valores naturais presentes, prevê-se a ocorrência de impactes negativos pouco significativos sobre os sistemas ecológicos, sendo os mais afectados a flora (populações de *Murbeckiella sousae* e *Narcissus bulbocodium*), as zonas húmidas, a avifauna e o lobo-ibérico.

Em face da identificação e avaliação dos impactes efectuada, considera-se que as medidas de mitigação propostas para a flora, vegetação e habitats e para a fauna são adequadas para minimizar os impactes negativos identificados e que permitirão reduzir ou mesmo eliminar os efeitos negativos.

Geologia e Geomorfologia

A subestação insere-se numa região com modelado suave, marcado pontualmente por blocos graníticos, os quais chegam a formar algumas elevações.

O local onde se pretende localizar a Subestação de Valpaços situa-se numa encosta de declive suave, exposta a sueste e sul-sueste, entre as cotas 780 e 810.

O substrato geológico da região é dominado por um complexo de xistos e granitos e por granitos. A subestação localiza-se, principalmente, sobre formações graníticas.

Relativamente à exploração dos recursos minerais, no local previsto para subestação e respectivo acesso, estas ocorrências não foram verificadas.

As principais actividades associadas ao projecto susceptíveis de induzir impactes sobre a geologia e geomorfologia prendem-se com as movimentações de terras necessárias à execução da plataforma da subestação e do acesso à mesma, assim como dos restabelecimentos a efectuar.

Atendendo à orografia do terreno e às condicionantes do projecto de construção civil foi, numa primeira fase, efectuado um estudo para fixar a cota da plataforma, que teve por base a compensação de volumes de escavação e aterro. Posteriormente este estudo foi validado por estudos geológico-geotécnicos, ficando a plataforma fixada à cota 790,90.

Tendo por base a caracterização geológico-geotécnica prevê-se que seja necessário levar a depósito cerca de 1 180 m³.

No que se refere aos taludes de aterro e escavação, não se prevêem impactes negativos relacionados com fenómenos de instabilidade, se forem seguidas as inclinações recomendadas no Projecto de Execução.

Na fase de exploração, não se prevê que as actividades associadas às operações de manutenção da subestação originem impactes.

Recursos Hídricos

A área em análise localiza-se na bacia hidrográfica da ribeira da Regaça, afluente da margem direita do rio Torto, por sua vez afluente da margem direita do rio Rabaçal. O rio Rabaçal junta-se ao rio Tuela em Mirandela, dando origem ao rio Tua, afluente da margem direita do rio Douro.

A subestação ficará próxima da cabeceira da ribeira da Regaça, e a cerca de 200 m a norte da sua margem esquerda. A ribeira da Regaça possui um regime sazonal.

Para a fase de construção, as acções de desmatção bem como movimentações de terras são susceptíveis de alterar a drenagem natural do terreno. A compactação dos solos e a impermeabilização resultante da construção do edifício irão reduzir a capacidade de infiltração, favorecendo a escorrência superficial, acelerando os processos erosivos e de transporte de sedimentos das zonas mais declivosas. No entanto, relativamente ao escoamento superficial originado pela impermeabilização não se prevê que este seja muito significativo, uma vez que as águas pluviais recolhidas serão posteriormente rejeitadas pela rede de drenagem, em pontos diferentes.

Relacionado com a qualidade da água, registam-se, para a fase de construção, dois impactes: os associados com a desmatção e movimentação de terras, que tenderão a fazer aumentar os sólidos suspensos e os associados à circulação de máquinas e veículos ligados à obra que para além da questão dos sólidos têm associados riscos de derrames acidentais de substâncias contaminantes (combustíveis e lubrificantes).

A via rodoviária que irá ser implementada implicará ainda a criação de passagens hidráulicas que respeitarão a direcção natural do escoamento. Estas, no entender da CA, deverão ter secção única e rectangular (contrariando a secção circular proposta) de 1 m x 1 m, dimensionadas para cheia com período de retorno de 100 anos.

Na fase de exploração, os impactes estão relacionados com as necessidades de água (asseguradas através de um depósito a instalar e que será abastecido periodicamente) e com a produção de efluentes domésticos do pessoal que temporariamente permanecer no edifício. O destino destes efluentes irá ser um depósito estanque enterrado, devendo a sua recolha fazer parte das actividades de manutenção periódica da subestação.

A subestação será dotada de um sistema de drenagem de águas plúviais que as conduzirá para os diversos pontos de descarga no terreno natural, aproveitando linhas de escoamento natural. Evita-se assim concentrar as descargas num único ponto, diminuindo a probabilidade de ocorrência de arrastamentos.

Os transformadores utilizam, no seu funcionamento, quantidades significativas de óleo e no seu normal funcionamento e em operações de manutenção é possível que possam ocorrer perdas acidentais. Para impedir a infiltração no solo destes óleos, irá ser criada uma bacia em torno dos transformadores para recolha separada desses derrames. A drenagem dessa bacia encaminhará o óleo para uma câmara de retenção onde se procede à sua decantação para posterior recolha, transporte e rejeição em locais de reciclagem devidamente licenciados.

Qualidade do Ar

A caracterização da qualidade do ar da área em estudo teve como base os dados da estação mais próxima – Vila Real – que caracteriza o Norte Interior. As concentrações obtidas dos poluentes mantiveram-se abaixo dos valores limite impostos pela legislação para a protecção da saúde humana, prevendo-se que, em termos globais, a qualidade do ar da região possa ser classificada como Boa, podendo em algumas situações atingir a classificação de Média.

Nas imediações da área de estudo não existem fontes relevantes de degradação da qualidade do ar. Regista-se apenas o tráfego motorizado na EM 541 a 600 m a sul da plataforma e a circulação de veículos nos diversos caminhos agrícolas que originam um aumento de partículas, principalmente em situações de estio. No entanto, esta circulação é de baixa densidade e de efeito local.

Os principais impactes negativos identificados correspondem à fase de construção, nomeadamente às actividades que originam emissões de partículas em suspensão e sedimentáveis, como sejam os trabalhos de regularização do terreno (escavação e terraplanagem) e as movimentações de terras, entre outras. Para além disso, serão ainda emitidos para a atmosfera, poluentes associados ao tráfego de veículos e maquinaria afecta à obra. Estes impactes, embora negativos, serão pouco significativos, devido ao seu carácter temporário e localizado.

Na fase de exploração poderá ocorrer fuga para a atmosfera do hexafluoreto de enxofre (SF₆), gás utilizado como dieléctrico nos disjuntores, contribuindo para o efeito de estufa. De referir que só em caso de acidente (destruição de um pólo de um disjuntor), situação considerada pela REN, como excepcional, haverá fugas significativas para a atmosfera. Nesta fase, haverá também aumento da produção de ozono devido ao *efeito de coroa*, originado pela alteração das condições electromagnéticas naturais.

Em termos globais consideram-se que os impactes negativos são pouco significativos. Concorda-se com as medidas de minimização propostas no EIA

Ambiente Sonoro

A caracterização acústica da envolvente da subestação foi efectuada com base em medições de ruído ambiente em cinco locais com ocupação sensível, que correspondem respectivamente a uma habitação isolada e a um conjunto de habitações pertencentes ao aglomerado de Ferrugende (M1 e M2), a um conjunto de habitações e a uma habitação isolada pertencentes ao aglomerado de Friões (M3 e M4) e ao aglomerado de Quintela (M5). Foi ainda considerado um ponto de avaliação no local da futura subestação (M6).

De acordo com a informação apresentada pode concluir-se que, na situação actual, os valores de L_{den} se situam entre 42 e 48 dB(A), enquanto que os de L_n estão entre 33 e 39 dB(A), valores característicos de ambientes sonoros pouco perturbados. A EM 541 é indicada como a fonte sonora mais relevante a nível local.

A Câmara Municipal de Valpaços estabeleceu já a classificação acústica de zonas do respectivo município. De acordo com esta classificação os pontos de avaliação M2, M3 e M5 situam-se em zonas com classificação de "mistás", a que se aplicam os valores limite de exposição de 65 dB(A) e 55 dB(A), para os indicadores L_{den} e L_n , respectivamente,

Os pontos M1 e M4 que, como já referido, correspondem a habitações isoladas não foram classificados pela Câmara Municipal. De salientar, neste contexto que, embora se tenha tido em conta, para efeitos desta avaliação, a equiparação a zonas sensíveis, adoptada no EIA, com valores limite de exposição de 55 dB(A) e 45 dB(A), para os indicadores L_{den} e L_n , respectivamente, a classificação de zonas será sempre da responsabilidade da respectiva Câmara Municipal, que assim deverá proceder à equiparação destes locais a zonas sensíveis ou mistas, para aplicação dos correspondentes valores limite.

Os principais impactes na fase de construção da subestação decorrerão, essencialmente, das actividades de escavação, betonagem e da operação de máquinas, equipamentos e veículos afectos à obra. Uma vez que o receptor sensível mais próximo se localiza a uma distância de cerca de 850 m, não se prevêem impactes negativos nesta fase.

Na fase de exploração, a avaliação de impactes teve por base os resultados da previsão dos valores de L_{den} , L_d , L_e e L_n para os pontos receptores mais próximos da subestação.

A avaliação foi efectuada para três fases distintas de funcionamento da subestação, em conjunto com as linhas de muito alta tensão de 220 kV.

Os resultados apresentados permitem antever que os impactes sobre o ambiente sonoro nos receptores avaliados serão negativos, mas pouco significativos, dado que o projecto em análise não será responsável por acréscimos que levem ao incumprimento dos critérios de Exposição Máxima e de Incomodidade.

Uma vez que não se identificaram impactes significativos, o EIA não prevê a adopção de medidas de minimização.

Resíduos

Os impactes associados à gestão de resíduos das fases de construção, exploração e desactivação do presente projecto dependem das quantidades, condições de armazenagem temporária, capacidade de valorização e tipologia dos destinos finais, a estabelecer para os diferentes tipos de resíduos.

A implementação de um plano integrado de gestão de resíduos, para todas as fases, e o cumprimento da legislação em vigor permitirão minimizar os impactes negativos gerados.

7. CONSULTA PÚBLICA

Considerando que o projecto se integra no anexo II do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de Novembro, a Consulta Pública, nos termos do seu artigo 14.º, n.º 2, decorreu durante 25 dias úteis, de 20 de Outubro a 21 de Novembro de 2008.

Durante este período foram recebidos três pareceres provenientes de: Autoridade Florestal Nacional, Junta de Freguesia de Friões e um cidadão a título individual.

A Autoridade Florestal Nacional tem uma posição favorável ao projecto. A área em estudo não se encontra submetida a regime florestal nem apresenta restrições evidentes no âmbito da actuação desta entidade. Realça, no entanto, que durante a fase de exploração e manutenção da linha de transporte de energia seja tido em consideração o teor do disposto na alínea c) n.º 1, do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho – medidas e acções a desenvolver no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Protecção da Floresta contra incêndios, ou seja, é obrigatória a gestão do combustível numa faixa correspondente à projecção vertical dos cabos condutores exteriores acrescidos de uma faixa de largura não inferior a 10 m para cada um dos lados.

A Junta de Freguesia de Friões entende que a implantação do projecto prejudicará de forma inequívoca a população da sua freguesia, pelo que considera fundamental a implementação de medidas mitigadoras dos impactes que o projecto irá induzir. Realça que a área prevista para a implantação do projecto se encontra numa rota de migração de aves planadoras (rapinas) e passeriformes pelo que poderão ocorrer impactes negativos significativos sobre a avifauna. Alerta, ainda, para o facto que os projectos de renováveis previstos para a região afectam, na sua perspectiva, os seus recursos endógenos, em particular a cultura do castanheiro, árvore de grande porte não é compatível com linhas de transporte de energia. Dado que a implantação deste projecto e outros similares induzem prejuízos de natureza económica e social, considera, assim, que a autarquia deverá ser ressarcida através de contrapartidas regionais.

Um cidadão informa que abriu um poço, num terreno de que é proprietário e que será alvo de expropriação, fundamental para o abastecimento de água deste e doutro terreno localizado a cerca de 300 m. Como tal propõe o destacamento da área afecta ao poço e a renegociação da correspondente parcela.

8. SÍNTESE CONCLUSIVA

A REN S.A. pretende estabelecer um nó (subestação) da Rede Nacional de Transporte de Energia Eléctrica com vista a: (1) melhorar das condições de alimentação aos consumos de energia eléctrica em Trás-os-Montes, actualmente servidos quase exclusivamente por redes da EDP – Distribuição, (2) fornecer condições para a recolha e transporte de energia renovável, facilitando igualmente a integração na rede da energia produzida por novos aproveitamentos hidroeléctricos que se prevê virem a situar na proximidade e (3) aumentar as capacidades de interligação com a rede espanhola, tendo em conta os compromissos inerentes à criação do Mercado Ibérico de Electricidade.

Nesse sentido, apresentou o projecto da Subestação de Valpaços, que se localiza no concelho de Valpaços, numa área rústica da freguesia de Friões, a cerca de 1 km a noroeste da povoação de Ferrugende.

Na área envolvente à subestação o território é dominado pela componente rural, predominando as áreas agricultadas. As edificações mais próximas localizam-se a cerca de 850 m.

A área afectada à subestação tem cerca de 60 000 m², encontrando-se habitualmente ocupada por matos/pousio e culturas agrícolas.

De acordo com a análise efectuada pela CA, destacam-se:

- os impactes positivos e significativos na socioeconomia, que se prendem com a concretização dos objectivos do projecto, como seja a existência de um nó da RNT que receba a energia eléctrica produzida a partir de fontes de energia renováveis (de projectos previstos para a região) e que melhore as condições de alimentação aos consumos de energia eléctrica em Trás-os-Montes;
- os impactes negativos e muito significativos no paisagem/património cultural, devido à localização da Subestação de Valpaços a cerca de 550 m de um castelo roqueiro (sítio Alto do Castelo), de elevado valor patrimonial, que perviveu ao longo dos tempos enquadrado numa paisagem quase intacta, sem intrusões que desvirtuassem a relação do arqueosítio com o seu meio envolvente. Este sítio permite a nível regional compreender a relação destas estruturas castelares com a sua envolvência e área de exploração dos recursos naturais.

Considerando ser fundamental, para alcançar o desenvolvimento sustentável, o estabelecimento de uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as actividades económicas e o ambiente;

Considerando que importa usufruir de paisagens contextualizadas tendo presente os textos jurídicos existentes no domínios da protecção e gestão do património cultural, como seja a Lei n.º 107/01 de 8 de Setembro que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do Património Cultural, nomeadamente no artigo 2.º, ponto 6, que define o conceito e o âmbito do património cultural integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso,

os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa;

Considerando que quer a implantação da subestação quer as linhas aéreas de transporte de energia provocarão uma intrusão com um elevado impacte visual junto do sítio arqueológico, que não é consonante com os pressupostos actualmente respeitados em termos de património cultural de que os vestígios patrimoniais, arquitectónicos e arqueológicos, fazem sentido quando integrados na paisagem original envolvente que determinou e condicionou a sua criação. O património abrange, assim, a globalidade da paisagem no sentido que toda ela é uma construção humana;

Considerando que a integração paisagística prevista para subestação poderá reduzir de forma significativa os correspondentes impactes visuais negativos e que relativamente às linhas aéreas de transporte de energia o respectivo enterramento apenas poderia atenuar os impactes negativos e significativos decorrentes da presença dos elementos estruturais das linhas eléctricas (apoios metálicos, cabos condutores e de guarda, cadeias de isoladores, entre outros), os quais constituem-se como elementos visualmente muito dissonantes, sendo que o património/paisagem cultural em causa verá o seu valor seriamente afectado;

Considerando que qualquer que seja a localização de uma nova subestação dever-se-á ter conta as implicações das futuras ligações, constituindo no presente caso o enterramento das linhas uma condicionante fortemente restritiva ao desenvolvimento de futuros projectos de linhas eléctricas, que estão na génese da subestação.

A CA propõe a emissão de **parecer desfavorável à localização da Subestação de Valpaços 220/60 kV.**

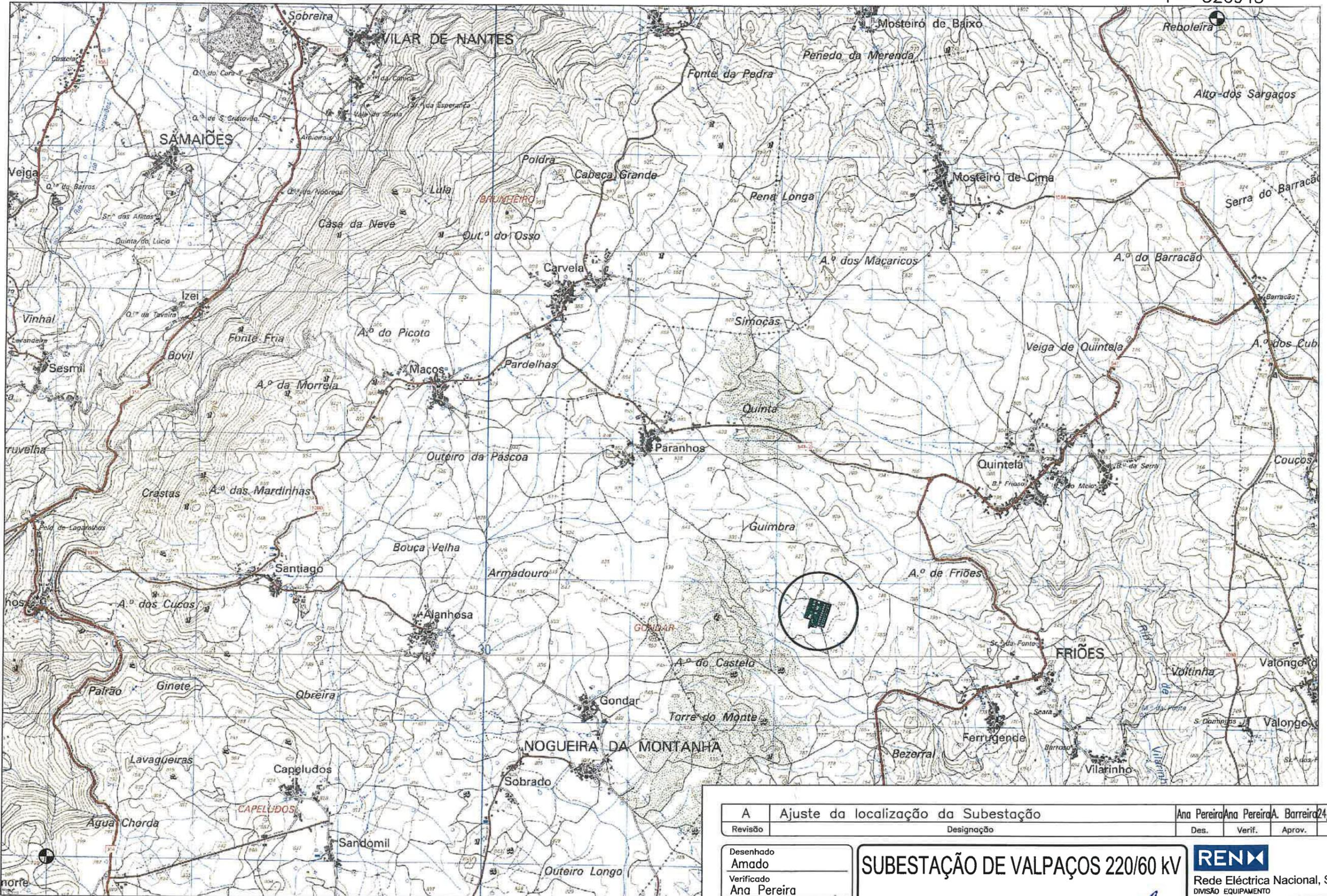
Pela Comissão de Avaliação

Rita Candelas

(Rita Candelas, presidente da Comissão de Avaliação)

ANEXO I
CARTOGRAFIA

M= 262774
P= 526943



M= 254715
P= 521025

FICHEIRO SVPC 47089.dwg

A	Ajuste da localização da Subestação	Ana Pereira	Ana Pereira	A. Barreira	24/03/2008
Revisão	Designação	Des.	Verif.	Aprov.	Data

Desenhado
Amado
Verificado
Ana Pereira
Estado
Released
Alexandre Barreira
Data 3/25/2008

SUBESTAÇÃO DE VALPAÇOS 220/60 KV

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO

PROJECTO

REN
Rede Eléctrica Nacional, S.A.
DIMENSÃO EQUIPAMENTO

Desenho N° **SVPC 47089**

Revisão	Formato	N° folha
A	A3	1

Escala
1:25000